

Idioma Original do Documento: Português

A. Resumo do Investimento

Data de Publicação:	Outubro 15, 2024
Nome do Projeto:	Responsible Commodities Facility (RCF)
Número do Projeto:	14685-01
Tipo de Investimento:	Empréstimo
E&S Category:	FI-2
Data estimada de aprovação:	18/11/2024
Companhia:	Sustainable Investment Management (SIM)
Setor:	Instituições Financeiras
Montante Solicitado:	US\$ 25,000,000
Moeda:	USD
País:	Brasil
Líder da Equipe:	Maher Kafrune
Para informações sobre o projeto, contactar:	Pedro Moura Costa CEO Phone number: + 55 21 3596-4006 E-mail: pedro.mouracosta@sim.finance

Abrangência e Objetivo do Projeto:

O *Responsible Commodities Facility* (“RCF”) (ou o “Projeto”) é um programa de financiamento para agricultores que promove a produção e o comércio responsável de soja e milho livres de desmatamento e conversão no bioma Cerrado brasileiro, prevenindo impactos climáticos negativos e a perda de habitats, atuando como um mecanismo de implementação dos objetivos do “Manifesto do Cerrado¹”, do grupo SOS Cerrado e do IFACC (Financiamento Inovador para a Amazônia, Cerrado e Chaco).

O RCF foi concebido e operado pela *Sustainable Investment Management Ltd* (“SIM”), e gerido por um consórcio que inclui a Opea Securitizadora S.A (“Opea”) e a Traive, esta última especializada em gestão de risco de crédito e garantias no agronegócio brasileiro. A SIM irá estruturar uma série de programas financiados principalmente por meio de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”) emitidos pela Opea, cujos ativos subjacentes são recebíveis sobre safras futuras de

¹ O Manifesto do Cerrado é um documento criado por empresas, organizações ambientais e sociedade civil para conscientizar sobre a importância de preservar o Cerrado, um dos biomas mais ricos em biodiversidade no Brasil, mas também um dos mais ameaçados. Lançado em setembro de 2017, o manifesto faz um apelo para que empresas e governos atuem no combate ao desmatamento e na promoção de práticas de uso sustentável da terra.

agricultores elegíveis. O programa é financiado por investidores institucionais, bancos de desenvolvimento, investidores de impacto e bancos comerciais comprometidos com a sustentabilidade. O RCF oferecerá linhas de crédito com juros mais baixos para agricultores que cumprirem os critérios de elegibilidade do programa², sendo o principal deles o compromisso com o desmatamento zero da vegetação nativa. Os critérios de elegibilidade foram desenvolvidos em parceria com diversas organizações não governamentais (“ONGs”) que atuam na proteção ambiental no Brasil, incluindo WWF, *The Nature Conservancy* (“TNC”), *Conservation International* (“CI”), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (“IPAM”), Proforest e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (“UNEP”).

B. Revisão Ambiental e Social

1. Escopo da revisão ambiental e social

A revisão ambiental e social (“A&S”) da transação proposta foi realizada por meio de avaliação documental sobre processos internos de avaliação de riscos e requisitos ambientais e sociais, rastreabilidade de fazendas abrangidas por empréstimos, procedimentos de gestão de pessoas e recursos humanos, e reuniões com lideranças da SIM, Opea e Traive.

2. Categorização ambiental e social e justificativa

A operação proposta é classificada como FI-2 de acordo com a Política de Sustentabilidade do BID Invest. Os empréstimos subjacentes a serem apoiados por este vínculo se concentrarão em fazendas que cumprem com os requisitos de elegibilidade ambiental e social, e que contribuem para a manutenção da cobertura florestal do Bioma Cerrado no Brasil. Considerando o sistema de rastreabilidade implementado pela SIM, o qual é detalhado no decorrer deste documento, considera-se que o potencial de risco A&S é de médio a baixo, com possíveis riscos ou impactos ambientais ou sociais adversos limitados que são poucos em número, geralmente específicos de um local, amplamente reversíveis e podem ser abordados prontamente por meio de medidas de mitigação. Esta operação não financiará subprojetos de categoria “A”, representando operações de financiamento de grandes empresas ou projetos, assim como subprojetos de setores da lista de exclusão do BID Invest.

Adicionalmente, conforme análise conduzida de acordo com a abordagem estabelecida pela Estratégia de Implementação de Alinhamento do Acordo de Paris do Grupo BID, o Projeto é considerado alinhado com o Acordo de Paris.

3. Riscos e impactos ambientais e sociais

Os principais riscos ambientais e sociais deste projeto estão associados à capacidade da Instituição Financeira de identificar e gerenciar os riscos ambientais e sociais associados às suas atividades de empréstimo. Os temas de maior importância estão relacionados à questões de biodiversidade, saúde e segurança ocupacional, questões trabalhistas, compliance com a legislação nacional, entre outros. O RCF será obrigado a ter em vigor um Sistema de Gestão Ambiental e Social (“SGAS”) para identificar e gerir os riscos A&S de seu portfólio. Tendo em vista a estrutura do fundo, o qual promove o comércio agrícola sustentável e livre de desmatamento, os subempréstimos elegíveis provavelmente demonstrarão uma contribuição positiva para questões socioambientais.

² Os critérios de elegibilidade do programa podem ser acessados na página da SIM na internet em: <https://sim.finance/pt/responsible-commodities-facility/>

4. Medidas de mitigação

O Projeto adota uma abordagem proativa na gestão de riscos ambientais e sociais em seu portfólio, integrando processos de diligência prévia desde o início do relacionamento com os produtores. Ao longo do período dos empréstimos, a SIM monitora as atividades dos produtores, de maneira a assegurar que todas as operações estejam alinhadas ao compromisso da empresa com práticas responsáveis. Isso é viabilizado por uma plataforma desenvolvida internamente, que é regularmente atualizada para melhorar a funcionalidade e atender às necessidades crescentes dos processos de aprovação e monitoramento.

A equipe de gestão de riscos ambientais e sociais da empresa é composta por profissionais especializados, incluindo especialistas em Tecnologia da Informação, Sistemas de Informação Geográfica, advogados ambientais e um especialista em uso da terra e florestas, que colaboram para garantir uma supervisão abrangente. A capacidade da plataforma de receber atualizações e melhorias em tempo real permite à equipe acompanhar e responder rapidamente a mudanças.

A SIM conta com um Conselho Consultivo Ambiental (“CCA”), que desempenha um papel crucial ao fornecer orientações estratégicas e garantir que os mais altos padrões sejam aplicados aos esforços de governança ambiental e social. Composto por especialistas externos, o conselho trabalha em colaboração com a equipe interna da SIM para revisar políticas e aconselhar sobre tendências e desafios emergentes em sustentabilidade.

Os critérios de elegibilidade são focados em evitar o desmatamento e promover a proteção ambiental. Os principais requisitos incluem: I) Proibição de desmatamento após 2020 e preferência por áreas de cultivo de soja restauradas de pastagens, assim manter uma Proporção de Proteção e Produção (PPR) de 40% no Cerrado dentro da Amazônia Legal e 25% fora; ii) Conformidade com o Código Florestal; e iii) As propriedades não devem ter embargos e devem cumprir com leis ambientais e trabalhistas.

O cumprimento dos critérios de elegibilidade ambiental são monitorados pela SIM, e submetidos a uma verificação independente. Os resultados da verificação são submetidos ao CCA, com participação de um grupo de especialistas reconhecidos em sustentabilidade do uso da terra e ONGs.

No âmbito da operação proposta, a SIM irá aprimorar o seu SGAS, de modo com que o mesmo contemple as boas práticas internacionais e que esteja adequado ao nível de risco de sua carteira de empréstimos, devendo o mesmo estar alinhado com o Padrão de Desempenho (“PD”) 1 da Corporação Financeira Internacional (“IFC”)³ e exigirá a aplicação da legislação local e da Lista de Exclusão de Investimentos do BID Invest.

Caso sejam concedidos subempréstimos iguais ou superiores a 5 milhões de dólares e com prazo superior a 3 anos, a SIM deverá realizar uma devida diligência A&S, com o apoio de consultores externos, conforme os requisitos dos Padrões de Desempenho. A SIM deverá garantir que todos os empréstimos feitos com recursos do BID Invest cumpram com a Lista de Exclusão de Investimentos

³ A Nota de Interpretação sobre Intermediários Financeiros está disponível em: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_policy_interpretationnote-fi

do BID e as leis locais aplicáveis em questões ambientais e sociais. Por último, irá implementar um mecanismo de reclamações conforme os requisitos do PD1 da IFC para receber consultas ou queixas de qualquer parte interessada em relação aos riscos e impactos A&S de suas operações.

5. Plano de Ação Ambiental e Social (PAAS)

Item	Atividade	Descrição	Indicador de Conformidade	Data de Cumprimento
1	Política de Sustentabilidade	Desenvolver e implementar uma política de sustentabilidade.	Política Atualizada e evidência de divulgação na página web.	Antes da assinatura do contrato de empréstimo
2	Aprimoramento do SGAS	Consolidar as políticas e procedimentos adotados em um SGAS, de forma com que este esteja consistente com a Política de Sustentabilidade do BID Invest e com os Requisitos do Padrão de Desempenho 1 da IFC.	SGAS atualizado	Em até 3 meses após a assinatura do contrato
3	Aprimoramento do SGAS	Caso sejam concedidos subempréstimos iguais ou superiores a 5 milhões de dólares e com prazo superior a 3 anos, a SIM deverá realizar uma devida diligência A&S, com o apoio de consultores externos, conforme os	Relatórios de Devida Diligência	Quando aplicável

Item	Atividade	Descrição	Indicador de Conformidade	Data de Cumprimento
		requisitos dos Padrões de Desempenho. A SIM deverá disponibilizar os relatórios referentes aos três primeiros empréstimos, para que o BID Invest: (i) confirme a categorização ambiental e social e o nível de análise realizada, (ii) avalie o plano de ação elaborado, e (iii) assegure que as questões de risco climático e de biodiversidade façam parte do escopo da revisão.		
4	Mecanismo de reclamação	Implementar um mecanismo de reclamações para o público externo.	Procedimento do Mecanismo de Reclamações	Em até 3 meses após a assinatura do contrato

6. Informações de Contato

As perguntas sobre projetos, incluídas as questões ambientais e sociais relacionadas às operações do BID Invest, devem ser encaminhadas aos contatos indicados na guia **Resumo do investimento** ou ao BID Invest, pelo e-mail divulgacionpublica@iadb.org. Como último recurso, as comunidades afetadas podem acessar o Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI), pelos e-mails mecanismo@iadb.org e MICI@iadb.org ou pelo telefone (+1) 202 623-3952.